À DiPLEX
Dar seguimento 305
27/3/26 27 3 26 9:57

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Entrada na Mesa
Data 27/3/2026
Hora 17 h 10 m
...O Presidente...

ANUNCIADO
...../...../.....
O Presidente

Casa Civil

N Refa 258 **/GCCC/III/2026**
Palácio Presidencial Nicolau Lobato
Díli, 26 de Março de 2026
Classificação: **IMPORTANTE**

Sua Excelência
A Presidente do Parlamento Nacional
Distinta Deputada Maria Fernanda Lay
Parlamento Nacional, Rua da Formosa, Díli, Timor-Leste

CC: **Sua Excelência**
O Senhor Presidente da República
Doutor José Ramos-Horta
Palácio Presidencial Nicolau Lobato, Dili, Timor-Leste.

Assunto: Encaminhamento de Despacho
Promulgação do Diploma Legal

Excelência Senhora Presidente,

O Gabinete da Chefe da Casa Civil da Presidência da República, apresenta a Vossa Excelência os melhores cumprimentos e encarrega – me Sua Excelência o Senhor Presidente da República, DR. José Ramos-Horta, de encaminhar ao seu cuidado o Despacho em anexo relativo à Promulgação do seguinte Diploma Legal:

1. Resolução do Parlamento Nacional que Ratifica o Tratado de Extradição da Associação das Nações do Sudeste Asiático;

2. Decreto n.º 26/VI - Segunda alteração à Lei n.º 3/2004, de 14 de abril, sobre Partidos Políticos;

3. Decreto n.º 27/VI - Aprova a Lei da Bases da Educação Pré-Escolar, dos Ensinos Básico e Secundário, da Modalidade Especiais de Educação Escolar, da Educação Extraescolar e da Formação Profissional e Revoga a Lei n.º 14/2008, de 29 de outubro, Lei Bases da Educação.

Ciente da atenção, merecimento e aceitação de Vossa Excelência, aproveito o ensejo para apresentar os protestos da minha mais elevada consideração e estima pessoal.

Henriqueta Maria da Silva
Chefe da Casa Civil

Resolução do Parlamento Nacional n.º /2026

de de

Ratifica o Tratado de Extradição da Associação das Nações do Sudeste Asiático

Considerando que a evolução da globalização moderna tem não só originado uma maior circulação tanto de pessoas e bens como também provocado um aumento do número de litígios ou conflitos com dimensões regionais e que este contexto exige uma assistência mútua entre os Estados, com vista a salvaguardar a segurança e a estabilidade nas relações regionais, principalmente entre os membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, na sua sigla em inglês);

Atendendo a que a República Democrática de Timor-Leste reiterou, desde a sua independência, o seu compromisso com o multilateralismo, a integração regional e a consolidação de relações de cooperação com os seus parceiros, com vista a promover a segurança jurídica sustentável na região do Sudeste Asiático;

Tendo em conta que a República Democrática de Timor-Leste, como Estado-Membro da ASEAN de pleno direito, tem o firme compromisso de cumprir a sua obrigação em aderir aos tratados ou instrumentos legais da ASEAN;

Considerando que a declaração de certificação do Tratado de Extradição, assinado em Manila, Filipinas, em 14 de novembro de 2025, constitui o principal instrumento legal vinculativo no domínio da justiça, promovendo a cooperação regional em matéria de crimes que dão lugar à extradição de acordo com as leis das partes;

Tendo em consideração o objetivo de reforçar a resiliência e a capacidade de combate ao crime, em especial o crime transnacional, mediante o reforço de uma cooperação jurídica eficaz no domínio da extradição no seio da ASEAN, de modo a assegurar o respeito pelo papel das leis de cada ordenamento jurídico entre os Estados-Membros;

Considerando que, nos termos da Constituição da República, compete ao Parlamento Nacional ratificar os tratados e convenções internacionais,

O Parlamento Nacional resolve, sob proposta do Governo, nos termos da alínea f) do n.º 3 do artigo 95.º da Constituição da República, ratificar o Tratado de Extradição da Associação das Nações do Sudeste Asiático, adotado em Manila, Filipinas, em 14

de novembro de 2025, cuja versão autêntica em língua inglesa e respetivas traduções para as línguas portuguesa e tétum se publicam em anexo à presente resolução, da qual fazem parte integrante

Aprovada em 23 de março de 2026.

A Presidente do Parlamento Nacional,

Maria Fernanda Lay

Publique-se.

O Presidente da República,

José Ramos-Horta

ANEXO I

Versão autêntica na língua inglesa

ASEAN TREATY ON EXTRADITION

TABLE OF CONTENTS

Article 1	Obligation to Extradite
Article 2	Extraditable Offences
Article 3	Basis for Extradition
Article 4	Central Authority
Article 5	Mandatory Grounds of Refusal
Article 6	Discretionary Grounds of Refusal
Article 7	Extradition of Nationals
Article 8	The Request and Supporting Documents
Article 9	Provisional Arrest
Article 10	Additional Information
Article 11	Confidentiality
Article 12	Authentication
Article 13	Language
Article 14	Execution of Requests
Article 15	Concurrent Requests
Article 16	Decision and Arrangements for Surrender
Article 17	Simplified Extradition Procedure
Article 18	Postponement and Temporary Surrender
Article 19	Rule of Specialty and Re-extradition
Article 20	Handing Over of Property

Article 21 **Transit**

Article 22 **Representation and Expenses**

Article 23 **Consultation**

Article 24 **Settlement of Disputes**

Article 25 **Amendments**

Article 26 **Reservations**

Article 27 **Depositary**

Article 28 **Relationship with Other International Instruments**

Article 29 **Entry into Force and Denunciation**

The Member States of the Association of Southeast Asian Nations (hereinafter referred to as "ASEAN") - Brunei Darussalam, the Kingdom of Cambodia, the Republic of Indonesia, the Lao People's Democratic Republic, Malaysia, the Republic of the Union of Myanmar, the Republic of the Philippines, the Republic of Singapore, the Kingdom of Thailand, the Democratic Republic of Timor-Leste, and the Socialist Republic of Viet Nam, hereinafter referred to singularly as the "Party" and collectively as the "Parties"; and

DESIRING to strengthen ASEAN's resilience and capacity to combat crime, particularly transnational crime, by enhancing effective legal cooperation in the field of extradition within ASEAN to ensure respect for the rule of law,

HAVE AGREED AS FOLLOWS:

Article 1
Obligation to Extradite

1. The Parties agree to extradite to one another, in accordance with the provisions of this Treaty, any person who is found in the territory of a Requested Party and is wanted in a Requesting Party for the purpose of prosecution or imposition or enforcement of a

sentence, in respect of an extraditable offence, as provided in Article 2 of this Treaty.

2. The provisions of this Treaty shall apply to requests for extradition, including requests for provisional arrest, made after its entry into force, regardless of the date of the commission of the offence or act or omission constituting the offence set out in the request.

Article 2
Extraditable Offences

1. For the purposes of this Treaty, extraditable offences are offences that are punishable under the laws of the Requesting Party and the Requested Party by imprisonment or other deprivation of liberty for a maximum period of at least one year, or if required by the Requested Party, two years, or by a more severe penalty. Where the request for extradition relates to a person who is wanted for the enforcement of a sentence of imprisonment or other deprivation of liberty imposed for such an offence, extradition shall be granted only if a period of at least six months of such sentence remains to be served.

2. An extraditable offence means an offence against the laws of the Requesting Party and the act or omission constituting the offence or the equivalent act or omission would, in similar circumstances, if it takes place in or within the jurisdiction of the Requested Party, constitute an offence against the laws of the Requested Party.

3. For the purposes of paragraph 1 of this Article, an extraditable offence shall be an offence punishable according to the laws of the Requesting Party and the Requested Party if the act or omission constituting the offence is an offence for which extradition could be granted under the laws of the Requesting Party and the Requested Party.

4. If the request for extradition includes several separate offences, each of which is punishable under the laws of the Requesting Party and the Requested Party, but some of which do not fulfil the other conditions set out in paragraph 1 of this Article, the Requested Party may grant extradition for the latter offences provided that the requested person is to be extradited for at least one extraditable offence.

Article 3
Basis for Extradition

A requested person shall, subject to the provisions of this Treaty, be extradited if there is evidence in support of the request for extradition which meets the evidentiary standards of the Requested Party for extradition.

Article 4
Central Authority

1. For the purposes of implementing this Treaty, each Party shall designate a Central Authority or Competent Authority that shall have the power to process requests for extradition.

2. Each Party shall notify the Secretary-General of ASEAN of its Central Authority or Competent Authority at the time of the deposit of its instrument of ratification, acceptance, or approval to this Treaty.

3. Each Party shall notify any change or update of its Central Authority or Competent Authority to the Secretary-General of ASEAN who shall promptly notify all Parties of such change or update.

Article 5
Mandatory Grounds of Refusal

1. Extradition shall not be granted under this Treaty in any of the following circumstances:

(a) where the Requested Party determines that the offence for which extradition is requested is an offence of a political nature;

(b) where the requested person has been convicted by a final judgment and has undergone punishment, or has been pardoned or acquitted, under the laws of any State for that offence or for another offence constituted by the same act or omission constituting the offence for which that person's extradition is requested;

(c) where the requested person is liable to be tried by a court or tribunal that is especially established for the purpose of

trying the requested person's case or is only occasionally, or under exceptional circumstances, authorised to try such cases or the extradition is requested for the purpose of serving a sentence imposed by such a court or tribunal;

(d) if the offence for which extradition is requested is a military offence under the laws of the Requested Party, and not an offence under ordinary criminal law of the Requested Party;

(e) where the Requested Party has substantial grounds for believing that the request for extradition of the requested person has in fact been presented with the purpose of prosecuting or punishing the requested person on account of that person's race, religion, nationality, ethnic origin, sex, status, or political opinions;

(f) where the Requested Party has substantial grounds for believing that the requested person, if returned, may be prejudiced at trial or punished, detained, or restricted in personal liberty by reason of that person's race, religion, nationality, ethnic origin, sex, status, or political opinions;

(g) if the extradition of a requested person is sought for the purpose of carrying out a sentence, and the requested person has been convicted *in absentia* in the Requesting Party, unless the requested person:

i. had the opportunity of being present or represented by a legal representative at trial, and had absented himself or herself from trial; or

ii. has the opportunity to seek re-trial in his or her presence.

(h) if the requested person has, under the laws of the Requesting Party, become immune from prosecution or punishment for any reason, including lapse of time, or amnesty; or

(i) if, in the view of the Requested Party, the requested person has not received or would not receive the minimum

fair trial guarantees in criminal proceedings in the Requesting Party.

2. For the purposes of subparagraph 1(a) of this Article, the following shall not be held to be offences of a political nature:

(a) an offence against the life or person of any Head of State or any Head of Government, or a member of his or her immediate family;

(b) an offence for which the Requesting Party and the Requested Party have an obligation pursuant to a multilateral treaty, the purpose of which is to prevent or repress a specific category of offences, to either extradite the requested person or submit the case without undue delay to their competent authorities for the purpose of prosecution;

(c) serious offences involving an act of violence against the life of a person;

(d) offences relating to terrorist acts; or

(e) any attempt, abetment, assistance, counsel, facilitation, or conspiracy to commit any of the offences referred to in subparagraphs (a) to (d).

3. If any question arises as to whether an offence is an offence of a political nature, the decision of the Requested Party shall be determinative.

Article 6
Discretionary Grounds of Refusal

1. Extradition may be refused under this Treaty in any of the following circumstances:

(a) where extradition would significantly affect the interests of the Requested Party in matters of national security or foreign affairs;

(b) where the Requested Party has decided either not to institute or to terminate proceedings against the requested person for the act or omission constituting an offence for which extradition is sought, not being an offence against laws relating to terrorist acts or which occurred within the territory of the Requesting Party;

(c) where the offence for which extradition is requested is an offence, not being an offence against laws relating to terrorist acts, which has been committed in whole or in part within the territory of the Requested Party, provided that harm (damage or injury) intended or arising from the commission of the offence does not or is not intended to occur within the territory of the Requesting Party;

(d) where the requested person has been sentenced or would be liable to be tried or sentenced in the Requesting Party by any court or other tribunal constituted primarily to enforce religious or customary laws;

(e) where the act or omission constituting the offence for which extradition is requested was alleged to have been committed outside the territory of the Requesting Party but within the Requesting Party's jurisdiction, and the laws of the Requested Party do not provide for the Requested Party to exercise criminal jurisdiction over such act or omission if committed outside the territory of the Requested Party;

(f) where the requested person is concerned in or subject to an investigation that is in progress or a prosecution that is pending in the Requested Party in respect of any offence that is alleged to have been committed within the jurisdiction of the Requested Party;

(g) where the requested person is detained or under enforcement of a sentence under the laws of the Requested Party;

(h) where the surrender of the requested person is likely to violate obligations arising from international agreements or arrangements to which the Requested Party is a party;

(i) where a substantial amount of time has passed since the offence was alleged to have been committed or was committed, and the offence to which the request relates is not sufficiently serious in nature; or

(j) where having regard to the circumstances under which the offence was alleged to have been committed or was committed, the extradition of the requested person would be incompatible with humanitarian considerations in view of age and health.

2. A Requested Party may refuse to extradite a requested person to the Requesting Party, where the offence for which extradition is requested may be punishable by a penalty not provided for in the laws of the Requested Party, unless the conditions as may be agreed upon by the Requesting Party and the Requested Party are met.

Article 7
Extradition of Nationals

1. Each Party shall have the right to refuse extradition of its nationals.

2. If the requested person is a national of the Requested Party, and where extradition is refused on this ground, the Requested Party shall, if allowed or if not prohibited by its laws and the Requesting Party so requests, submit the case to its competent authorities with a view to taking appropriate action against the requested person in respect of the offence for which extradition had been requested.

3. The nationality of the requested person shall be determined as at the date of the commission of the offence for which the extradition is sought.

Article 8
The Request and Supporting Documents

1. Requests for extradition and supporting documents shall be conveyed through diplomatic channels. Subsequent communications may be conveyed through diplomatic channels or the designated Central Authorities or Competent Authorities, as notified to the Secretary-General of ASEAN pursuant to Article 4 of this Treaty.

2. The request shall be accompanied by:

(a) as accurate a description as possible of the requested person, together with any other information which would help to establish that person's identity, nationality, and probable location, such as a recent photograph or fingerprint records, where available;

(b) a statement of each offence for which extradition is sought and a statement of the acts and omissions which are alleged against the requested person in respect of each offence, including the date, time, and location of the commission of the offence; and

(c) the text of the legal provisions creating the offence, the designation of the offence for which extradition is requested, and a statement of the punishment which the offence carries, including any laws relating to the limitation on the institution of proceedings, or on the execution of any punishment for that offence.

3. If the request relates to a requested person who is an accused person, it shall, in addition to the information required in paragraph 2 of this Article, be accompanied by:

(a) the warrant of arrest issued by a judge, magistrate, or competent authority of the Requesting Party, or an authenticated copy thereof;

(b) any document containing the charge for the prosecution of the requested person, such as the prosecution order or the charging document, or an authenticated copy thereof; and

(c) statements, or sworn statements, if required by the Requested Party, of witnesses concerning their knowledge of the offence, and by such evidence as would meet the evidentiary standards of the Requested Party for extradition.

4. If the request relates to a requested person who has already been convicted or sentenced by the Requesting Party, it shall, in addition to the information required in paragraph 2 of this Article, be accompanied by the warrant of arrest issued by a judge, magistrate, or competent authority of the Requesting Party, or an authenticated copy thereof, an authenticated copy of the decision of the conviction, and

(a) if the requested person has been convicted but not sentenced, a statement to that effect by the appropriate court; or

(b) if the requested person has been sentenced, an authenticated copy of the decision of the sentence, and a statement by the competent authority indicating that the sentence is enforceable and the extent to which the sentence remains to be served.

Article 9
Provisional Arrest

1. In urgent cases, the requested person may, at the discretion of the Requested Party and subject to its laws, be provisionally arrested at the request of the Requesting Party, pending presentation of the request for extradition. Such a request for provisional arrest shall be made in writing and be transmitted by means acceptable to the Requested Party, which may include:

(a) diplomatic channels;

(b) directly between the Central Authorities or Competent Authorities as designated under Article 4 of this Treaty; or

(c) facilities of the International Criminal Police Organization (INTERPOL).

2. The request for provisional arrest shall contain:

(a) a statement that a request for the extradition of the requested person shall be made;

(b) a description of the requested person, and information concerning that person's identity, such as a recent photograph or fingerprint records, where available, nationality, and probable location in the territory of the Requested Party;

(c) original, authenticated, or certified copy of a warrant of arrest and, where applicable, a decision of conviction or sentence against the requested person;

(d) a brief description of the offence and copy of a document containing the charge for the prosecution of the requested person, such as the prosecution order or the charging document;

(e) a statement setting out the facts of the case, including the sentence that can be or has been imposed for the offence for which extradition is requested and, where applicable, the extent to which the sentence remains to be served; and

(f) the reason(s) why the request is urgent and provisional arrest is sought.

3. The Requesting Party shall be promptly notified of the result of its request.

4. The provisional arrest of the requested person shall be terminated upon the expiration of 60 days, or other period subject to the requirements of the Requested Party, from the date of the provisional arrest if the request for extradition and supporting documents specified in Article 8 of this Treaty have not been received. If the requested person is released, the Requested Party shall promptly notify the Requesting Party.

5. The release of the requested person pursuant to paragraph 4 of this Article shall not prevent a re-arrest and institution of proceedings with a view to the extradition of the requested person if the request for extradition and supporting documents are subsequently received.

Article 10
Additional Information

1. If the Requested Party considers that the information furnished in support of a request for extradition is insufficient to allow the Requested Party to make a decision pursuant to this Treaty, the Requested Party shall request that additional information be provided. The Requested Party may fix a time-limit for the submission of such information, subject to further extension of time to be granted at the discretion of the Requested Party.

2. If the requested person is under arrest and the additional information provided is insufficient to allow the Requested Party to make a decision pursuant to this Treaty, or is not received within the time-limit specified in paragraph 1 of this Article, the requested person may be released. Such release shall not preclude the Requesting Party from making a new request for the extradition of the requested person.

3. Where the requested person is released from custody in accordance with paragraph 2 of this Article, the Requested Party shall promptly notify the Requesting Party.

Article 11
Confidentiality

The Requested Party shall, subject to its laws, make its best efforts to keep confidential the fact that a request has been made, the contents of the request and its supporting documents, and other relevant information concerning the execution of the request if such confidentiality is requested by the Requesting Party.

Article 12
Authentication

1. Documents supporting a request for extradition shall be admitted in evidence if duly authenticated in the following manner:

(a) certified by a judge, magistrate, or competent authority of the Requesting Party to be the original document containing or recording that evidence or a true copy of

such document and sealed with the official seal of the competent authority of the Requesting Party; or

(b) in such a manner as may be permitted by the laws of the Requested Party.

2. An authenticated translation of documents submitted by the Requesting Party in support of a request for extradition shall be admissible in proceedings for extradition.

Article 13
Language

1. All documents submitted under this Treaty shall be in the English language. The Requested Party may request for translation into its official language.

2. Each Party shall notify the Secretary-General of ASEAN of its official language at the time of the deposit of its instrument of ratification, acceptance, or approval to this Treaty.

3. The costs of supplying the translation shall be borne by the Requesting Party.

Article 14
Execution of Requests

The execution of any request for extradition shall be subject to the domestic procedural laws of the Requested Party.

Article 15
Concurrent Requests

1. Where the Requested Party receives requests from two or more States for the extradition of the same requested person, the Requested Party shall determine, at its discretion, to which State the requested person is to be extradited.

2. In making a determination under paragraph 1 of this Article, the Requested Party shall consider all the circumstances of the case, including but not limited to:

(a) the existence of any extradition treaty, or arrangement for the surrender of requested persons with the Requesting States;

(b) the relative seriousness or gravity of the offences;

(c) the time and place of the commission of the offences;

(d) the dates on which the requests were made or received;

(e) the citizenship or permanent, habitual, or ordinary residence of the requested person; and

(f) the citizenship or nationality of the victim.

Article 16
Decision and Arrangements for Surrender

1. The Requested Party shall, as soon as a decision on the request for extradition has been made, communicate that decision to the Requesting Party through diplomatic channels or the designated Central Authority or Competent Authority in accordance with paragraph 1 of Article 8 of this Treaty.

2. Where the request for extradition is refused, the Requested Party shall inform the Requesting Party of the reasons for refusal in accordance with this Treaty.

3. When a requested person is to be surrendered, that requested person shall be delivered, under the custody of the authorities of the Requested Party, to the last point of departure within that Party's territory. The Requesting Party and the Requested Party shall agree on the time and place of the surrender of the requested person.

4. Subject to the provisions of paragraph 5 of this Article, the Requesting Party shall remove the requested person within the period specified by the Requested Party. If the requested person is not removed within that period, the requested person may be released from custody and the Requested Party may subsequently refuse to surrender that requested person for the same offence.

5. If circumstances beyond its control prevent either the Requested Party or the Requesting Party from surrendering or

removing the requested person, it shall notify the other Party. In that case, the Requesting Party and the Requested Party shall agree on a new time and place for surrender and the provisions of paragraphs 3 and 4 of this Article shall apply.

Article 17
Simplified Extradition Procedure

Notwithstanding that the requirements of Article 8 of this Treaty have not been met, the Requested Party, if not precluded by its laws, may grant extradition of the requested person to the Requesting Party after receipt of a request for provisional arrest, or for extradition, as the case may be, provided that the requested person explicitly consents before a competent authority.

Article 18
Postponement and Temporary Surrender

1. The Requested Party, after having made a decision to grant extradition, may postpone the surrender of the requested person in order to proceed against that person, or so that that person may serve a sentence or testify in an investigation or prosecution in the Requested Party, for any offence other than that for which extradition is requested, until the conclusion of the proceedings, the execution of any sentence imposed, or the conclusion of the investigation or prosecution, as the case may be.

2. The Requested Party may, instead of postponing surrender, temporarily surrender the requested person to the Requesting Party in accordance with the conditions to be determined between the Requesting Party and the Requested Party.

Article 19
Rule of Specialty and Re-extradition

1. A requested person who has been extradited shall not be tried, sentenced, detained, or subjected to any other restriction of personal liberty by the Requesting Party for any offence committed prior to that person's surrender other than:

(a) the offence in respect of which the extradition was granted;

(b) an offence disclosed by the facts in respect of which the extradition was granted, provided such offence is one for which the requested person could be extradited under this Treaty, and provided further that such offence is punishable by a penalty no more severe than the penalty for the offence for which the extradition was granted; or

(c) any other extraditable offence under this Treaty in respect of which the Requested Party may consent to.

2. Paragraph 1 of this Article shall not apply if the requested person has:

(a) first had an opportunity to exercise that person's right to leave the territory of the Requesting Party and had not done so within the timeframe prescribed in the laws of the Requested Party, or in the absence of such laws, within 45 days; or

(b) voluntarily returned to the territory of the Requesting Party having left it.

3. A requested person who has been extradited to the Requesting Party by the Requested Party shall not be re-extradited by the Requesting Party to a third jurisdiction for an offence committed prior to that person's extradition to the Requesting Party, unless the Requested Party consents to that re-extradition.

Article 20
Handing Over of Property

1. The Requested Party may, in accordance with its laws, hand over to the Requesting Party, upon a written request, any property seized from the person of the requested person at the time of that person's arrest which is relevant as proof of the offence in respect of which extradition is granted.

2. The Requesting Party shall endeavour to submit the request for the handing over of the property referred to in paragraph 1 of this Article no later than the request seeking the extradition of the requested person.

3. The handing over of the property referred to in paragraph 1 of this Article shall be subject to such terms and conditions as may be imposed by the Requested Party.

4. Notwithstanding paragraph 2 of this Article, the Requested Party may temporarily retain any property referred to in paragraph 1 of this Article in connection with pending proceedings in its jurisdiction.

5. The handing over of the property referred to in paragraph 1 of this Article shall not prejudice the rights of the Requested Party or of any third party to those items.

Article 21
Transit

1. A Party may authorise transit through its territory of a person surrendered to another Party by a third State. A request for transit shall be transmitted through diplomatic channels, or directly between the Central Authorities or Competent Authorities. It shall contain a description of the person being transited, accompanied by a copy of the document granting the extradition.

2. No authorisation is required where a Party is transiting a person surrendered to it by a third State using air transport and no landing is scheduled in the territory of another Party.

Article 22
Representation and Expenses

1. The Requested Party, in accordance with its laws, shall make all necessary arrangements for assistance to the Requesting Party, including legal representation in any proceedings arising out of requests for extradition.

2. In the event that the Requesting Party is permitted by the laws of the Requested Party to arrange its own assistance and legal representation, the Requesting Party shall bear any expenses incurred thereof.

3. The Requested Party shall bear the expenses incurred within its territory arising from the request for, or by reason of, extradition. If it becomes apparent that expenses of an extraordinary nature are likely

to be incurred, the Requesting Party and the Requested Party shall consult each other to determine how these expenses will be met.

4. The Requesting Party shall bear the costs incurred in transferring the requested person from the territory of the Requested Party, including transit costs.

Article 23
Consultation

1. For the purposes of promoting the most effective use and implementation of this Treaty, the Parties may consult at times mutually agreed upon by them.

2. The Parties may develop such practical measures as may be necessary to facilitate the implementation of this Treaty.

Article 24
Settlement of Disputes

Any difference or dispute between the Parties arising from the interpretation or implementation of the provisions of this Treaty shall be settled amicably through consultation or negotiation between the Parties through diplomatic channels or any other peaceful means for the settlement of disputes as agreed between the Parties.

Article 25
Amendments

1. This Treaty may be modified or amended at any time by mutual written consent of the Parties. Such modification or amendment shall enter into force on such date as shall be mutually agreed upon by the Parties and shall form an integral part of this Treaty.

2. Any modification or amendment shall not affect the rights and obligations of the Parties arising from, or based on, the provisions of this Treaty before the entry into force of such modification or amendment.

Article 26
Reservations

This Treaty shall not be subject to reservations.

Article 27
Depositary

1. This Treaty, and any amendment(s) thereto, shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who is designated as the Depositary of this Treaty. The Depositary shall promptly provide a certified copy of this Treaty and any amendment(s) thereto to all Parties.

2. The Depositary shall promptly notify the Parties and provide them with the date and copy of the notification under Article 29 of this Treaty.

3. The Depositary shall register this Treaty with the Secretariat of the United Nations, pursuant to Article 102 of the Charter of the United Nations.

Article 28
Relationship with Other International Instruments

The provisions of this Treaty shall not affect any other agreement or arrangement, bilateral or multilateral, concluded by any Party that governs or will govern, in whole or in part, extradition.

Article 29
Entry Into Force and Denunciation

1. This Treaty shall be subject to ratification, acceptance, or approval by each signatory State in accordance with its laws. The instrument of ratification, acceptance, or approval of a signatory State shall be deposited with the Depositary.

2. This Treaty shall enter into force for those signatory States that have deposited their instruments of ratification, acceptance, or approval 30 days after the date on which at least six signatory States have deposited their instruments of ratification, acceptance, or approval with the Depositary.

3. For each signatory State that deposits its instrument of ratification, acceptance, or approval with the Depositary after the deposit of the sixth instrument of ratification, acceptance, or approval,

this Treaty shall enter into force 30 days from the date of deposit by that State of its instrument of ratification, acceptance, or approval with the Depositary.

4. Any Party may denounce this Treaty by written notification to the Depositary. Denunciation of this Treaty shall have effect 180 days following the date on which notification is received by the Depositary.

5. The denunciation of this Treaty shall have effect only as regards the Party that has notified it. The Treaty shall remain in force for the other Parties.

6. Denunciation of this Treaty shall be without prejudice to the rights and obligations arising from, or based on, this Treaty, and to the completion of any requests made pursuant to this Treaty before or up to the date of denunciation.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorised by their respective States have signed this Treaty.

DONE at Manila, Philippines, this Fourteenth Day of November in the Year of Two thousand and Twenty-Five in a single original copy in the English language.

For Brunei Darussalam:

DATIN SERI PADUKA HAJAH NOR HASHIMAH
BINTI HAJI MUHAMMED TAIB
Attorney General

For the Kingdom of Cambodia:

KOEUT RITH
Deputy Prime Minister and Minister of Justice

For the Republic of Indonesia:

SUPRATMAN ANDI AGTAS
Minister of Law

For the Lao People's Democratic Republic:

XAYSANA KHOTPHOUTHONE
Prosecutor General

For Malaysia:

DATUK SERI DR. SHAMSUL ANUAR BIN HAJI NASARAH
Deputy Minister of Home Affairs

For the Republic of the Union of Myanmar:

DR. THIDA OO
Union Minister and Attorney-General

For the Republic of the Philippines:

FREDDERICK A. VIDA
Undersecretary, Department of Justice

For the Republic of Singapore:

EDWIN TONG SC
Minister for Law and Second Minister for Home Affairs

For the Kingdom of Thailand:

POL. LT. GEN. RUTTHAPHON NAOWARAT
Minister of Justice

For the Democratic Republic of Timor-Leste:

SÉRGIO DE JESUS FERNANDES DA COSTA HORNAI
Minister of Justice

For the Socialist Republic of Viet Nam:

GEN. LUONG TAM QUANG
Minister of Public Security

ANEXO II

Tradução para a língua portuguesa

DECLARAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO – ASEAN

DECLARAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO
TRATADO DE EXTRADIÇÃO DA ASEAN

Eu, o abaixo-assinado, Secretário-Geral da ASEAN, certifico pelo presente que o texto em anexo constitui uma **cópia verdadeira e completa** do **Tratado de Extradição da ASEAN**, assinado em **14 de novembro de 2025**, em **Manila, Filipinas**, cujo original se encontra depositado junto do Secretário-Geral da ASEAN.

Jacarta, 26 de novembro de 2025

(assinatura)

Dr. Kao Kim Hourn
Secretário-Geral da ASEAN
Secretariado da ASEAN

TRATADO DE EXTRADIÇÃO DA ASEAN

ÍNDICE

Artigo 1.º – Obrigação de extraditar

Artigo 2.º – Crimes que dão lugar a extradição

Artigo 3.º – Fundamentos da extradição

Artigo 4.º – Autoridade Central

Artigo 5.º – Fundamentos de recusa obrigatória

Artigo 6.º – Fundamentos de recusa facultativa

Artigo 7.º – Extradição de nacionais

Artigo 8.º – Pedido de extradição e documentos necessários

Artigo 9.º – Detenção provisória

Artigo 10.º – Informação complementar

Artigo 11.º – Confidencialidade

Artigo 12.º – Autenticação

Artigo 13.º – Língua

Artigo 14.º – Execução dos pedidos

Artigo 15.º – Pedidos concorrentes

Artigo 16.º – Decisão e acordos para a entrega

Artigo 17.º – Procedimento simplificado de extradição

Artigo 18.º – Diferimento da entrega e entrega temporária

Artigo 19.º – Regra da especialidade e reextradição

Artigo 20.º – Entrega de bens

Artigo 21.º – Trânsito

Artigo 22.º – Representação e despesas

Artigo 23.º – Consulta

Artigo 24.º – Resolução de litígios

Artigo 25.º – Alterações

Artigo 26.º – Reservas

Artigo 27.º – Depositário

Artigo 28.º – Relação com outros instrumentos internacionais

Artigo 29.º – Entrada em vigor e denúncia

Os Estados-Membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (doravante designada por **"ASEAN"**) – Brunei-Darussalam, o Reino do Camboja, a República da Indonésia, a República Democrática Popular do Laos, a Malásia, a República da União de Myanmar, a República das Filipinas, a República de Singapura, o Reino da Tailândia, a República Democrática de Timor-Leste e a República Socialista do Vietname – doravante designados, **individualmente**, por **"Parte"** e, **coletivamente**, por **"Partes"**; e

DESEJANDO reforçar a resiliência e a capacidade da ASEAN de combate ao crime, em especial o crime transnacional, mediante o reforço de uma cooperação jurídica eficaz no domínio da extradição no seio da ASEAN, de modo a assegurar o respeito pelo papel das leis,

ACORDARAM NO SEGUINTE:

Artigo 1.º
Obrigação de extraditar

1. As Partes acordam em extraditar, reciprocamente, de acordo com as disposições do presente Tratado, qualquer pessoa que se encontre no território de Parte Requerida e seja procurada por Parte Requerente, para efeitos de procedimento criminal ou de aplicação ou cumprimento de pena, por crime suscetível de extradição, nos termos do disposto no artigo 2.º, do presente Tratado.

2. As disposições do presente Tratado aplicam-se aos pedidos de extradição, incluindo os de detenção provisória, apresentados após a sua entrada em vigor, independentemente da data da prática do crime indicado no pedido, ou do ato ou omissão que o constitui.

Artigo 2.º
Crimes que dão lugar a extradição

1. Para efeitos do presente Tratado, entende-se por crimes que dão lugar a extradição os que, de acordo com as leis da Parte Requerente e da Parte Requerida, sejam puníveis com pena de prisão ou outra forma de privação da liberdade com duração máxima de, pelo menos, um ano ou, se exigido pela Parte Requerida, dois anos, ou com uma pena mais severa. Quando o pedido de extradição respeite a uma pessoa procurada para efeitos de cumprimento de pena de prisão ou de outra forma de privação da liberdade, a extradição só será concedida se se mantiver por cumprir um período mínimo de seis meses da pena.

2. Para efeitos do presente Tratado, entende-se por crime que dá lugar a extradição o previsto nas leis da Parte Requerente, desde que o ato ou omissão constitutivo do crime, ou o ato ou omissão equivalente, se praticado em circunstâncias semelhantes no território ou sob a jurisdição da Parte Requerida, constitua, igualmente, crime, à luz das leis da Parte Requerida.

3. Para efeitos do n.º 1, do presente artigo, entende-se por crime que dá lugar a extradição, o que seja punível ao abrigo das leis da Parte Requerente e da Parte Requerida, desde que o ato ou omissão que o constitui, configure crime pelo qual a extradição possa ser concedida ao abrigo das leis de ambas as Partes.

4. Sempre que o pedido de extradição inclua vários crimes autónomos, todos puníveis nos termos das leis da Parte Requerente e da Parte Requerida, ainda que alguns não preencham as demais condições previstas no n.º 1, do presente artigo, a Parte Requerida poderá conceder a extradição relativamente a estes últimos crimes, desde que a pessoa cuja extradição é requerida deva ser extraditada por, pelo menos, um dos crimes suscetíveis de extradição.

Artigo 3.º
Fundamentos da extradição

A pessoa reclamada será extraditada, nos termos do presente Tratado, se a prova que fundamenta o pedido de extradição reunir os requisitos que lhe são aplicáveis na Parte Requerida.

Artigo 4.º
Autoridade Central

1. Para efeitos da execução do presente Tratado, cada Parte designará uma Autoridade Central ou Autoridade Competente, à qual será conferida competência para tramitar os pedidos de extradição.
2. Cada Parte notificará o Secretário-Geral da ASEAN da designação da sua Autoridade Central ou Autoridade Competente, aquando do depósito do instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação do presente Tratado.
3. Cada Parte notificará o Secretário-Geral da ASEAN de qualquer alteração ou atualização relativa à sua Autoridade Central ou Autoridade Competente, devendo aquele notificar, com a maior brevidade, todas as Partes da alteração ou atualização.

Artigo 5.º
Fundamentos de recusa obrigatória

1. A extradição não será concedida ao abrigo do presente Tratado em nenhuma das seguintes circunstâncias:
   a) quando a Parte Requerida determine que o crime pelo qual a extradição é requerida constitui um crime de natureza política;
   b) quando a pessoa reclamada tiver sido condenada por decisão judicial definitiva e tiver cumprido a pena, sido indultada ou amnistiada, ao abrigo das leis de qualquer Estado, pelo crime que deu lugar ao pedido de

extradição ou por outro cujo ato ou omissão constitutivo coincidam com o do crime que fundamenta o pedido de extradição;

c) quando a pessoa reclamada ficar sujeita a julgamento por um tribunal ou órgão jurisdicional, especialmente constituído para apreciar o seu caso ou que, apenas ocasionalmente ou em circunstâncias excecionais, esteja autorizado a julgar o crime em causa ou, ainda, quando a extradição seja requerida para efeitos de cumprimento de pena aplicada por tal entidade julgadora;

d) quando o crime pelo qual a extradição é requerida constitua um crime militar ao abrigo das leis da Parte Requerida, que não configure, também, um crime ao abrigo da sua lei penal comum;

e) quando a Parte Requerida tenha motivos fundados para crer que o pedido de extradição da pessoa reclamada foi, de facto, apresentado com o objetivo de instaurar procedimento criminal contra ela ou de a punir com base na sua raça, religião, nacionalidade, origem étnica, sexo, posição social ou opiniões políticas;

f) quando a Parte Requerida tenha motivos fundados para crer que a pessoa reclamada, caso seja entregue, possa ser prejudicada no seu julgamento, ou punida, detida ou sujeita a restrições da sua liberdade pessoal, com base na sua raça, religião, nacionalidade, origem étnica, sexo, posição social ou opiniões políticas;

g) quando a extradição seja requerida com o objetivo de executar uma pena na Parte Requerente e a pessoa reclamada tenha sido condenada *in absentia,* salvo se:

i. tiver tido a oportunidade de estar presente no julgamento, ou de se fazer representar por advogado, e não tenha comparecido; ou

ii. tiver a possibilidade de requerer novo julgamento, com a sua presença;

h) quando a pessoa reclamada goze, ao abrigo das leis da Parte Requerente, de imunidade relativamente ao procedimento criminal ou ao cumprimento de pena por qualquer motivo, incluindo a prescrição ou a amnistia; ou

i) quando, no entendimento da Parte Requerida, a pessoa reclamada não beneficiou, nem virá a beneficiar, das garantias mínimas de um julgamento justo no âmbito dos procedimentos criminais instaurados na Parte Requerente.

2. Para efeitos da alínea a) do n.º 1, do presente artigo, não serão considerados crimes de natureza política:

   a) um crime contra a vida ou a integridade pessoal de qualquer Chefe de Estado ou Chefe de Governo, ou de um membro da sua família imediata;

   b) um crime relativamente ao qual a Parte Requerente e a Parte Requerida tenham, ao abrigo de tratado multilateral cujo objetivo seja prevenir ou reprimir uma categoria específica de crimes, a obrigação de extraditar a pessoa reclamada ou de submeter o caso, sem demora injustificada, às respetivas autoridades competentes para efeitos de procedimento criminal;

   c) crimes graves que envolvam um ato de violência contra a vida de uma pessoa;

   d) crimes relacionados com atos terroristas; ou

   e) qualquer tentativa, instigação, assistência, aconselhamento, auxílio ou conspiração para a prática dos crimes referidos nas alíneas a) a d).

3. Caso surja qualquer questão quanto à qualificação de um crime como sendo de natureza política, a decisão cabe à Parte Requerida.

Artigo 6.º
Fundamentos de recusa facultativa

1. A extradição ao abrigo do presente Tratado pode ser recusada em qualquer das seguintes circunstâncias:

   a) quando a extradição possa prejudicar gravemente os interesses da Parte Requerida em matérias de segurança nacional ou de relações externas;

   b) quando a Parte Requerida tenha decidido não instaurar ou arquivar procedimentos contra a pessoa reclamada relativamente ao ato ou omissão constitutivos do crime pelo qual a extradição é requerida, desde que o mesmo não constitua crime que viole a legislação relativa a atos terroristas, nem tenha ocorrido no território da Parte Requerente;

   c) quando o crime pelo qual a extradição é requerida não constitua crime que viole a legislação relativa a atos terroristas e tenha sido cometido, no todo ou em parte, no território da Parte Requerida, desde que o dano (prejuízo ou lesão) visado ou produzido pela prática do crime, não se tenha produzido, nem tal tenha sido pretendido, no território da Parte Requerente;

d) quando a pessoa reclamada tenha sido condenada ou possa vir a ser julgada ou condenada, na Parte Requerente, por qualquer tribunal ou outro órgão jurisdicional constituído principalmente para aplicar normas religiosas ou de direito consuetudinário;

e) quando o ato ou omissão que constitua o crime pelo qual a extradição é requerida tenha sido, alegadamente, praticado fora do território da Parte Requerente, mas no âmbito da sua jurisdição, e as leis da Parte Requerida não prevejam o exercício da sua jurisdição penal relativamente a tal ato ou omissão, se praticados fora do seu território;

f) quando contra a pessoa reclamada corra investigação ou se encontre pendente procedimento criminal na Parte Requerida, tendo por objeto crime que, alegadamente, tenha sido praticado no âmbito da jurisdição da Parte Requerida;

g) quando a pessoa reclamada se encontre detida ou sujeita ao cumprimento de pena ao abrigo das leis da Parte Requerida;

h) quando a entrega da pessoa reclamada seja suscetível de violar obrigações decorrentes de acordos ou instrumentos internacionais de que a Parte Requerida seja parte;

i) quando tenha decorrido um período de tempo significativo desde a prática, ou alegada prática, do crime a que o pedido respeita e este crime não seja, se considerada a sua natureza, suficientemente grave; ou

j) quando, atendendo às circunstâncias em que o crime foi praticado, ou alegadamente praticado, a extradição da pessoa reclamada seja incompatível com considerações de natureza humanitária, tendo em conta a idade e o estado de saúde.

2. Uma Parte Requerida pode recusar a extradição da pessoa reclamada para a Parte Requerente quando o crime pelo qual a extradição é requerida possa ser punido com pena não prevista nas leis da Parte Requerida, salvo se forem cumpridas as condições que venham a ser acordadas entre a Parte Requerente e a Parte Requerida.

Artigo 7.º
Extradição de nacionais

1. Cada Parte tem o direito de recusar a extradição dos seus nacionais.

2. Se a pessoa reclamada for nacional da Parte Requerida e a extradição for recusada com esse fundamento, a Parte Requerida submeterá o caso às suas

autoridades competentes, se tal for permitido ou não for proibido pelas suas leis, mediante pedido da Parte Requerente, com vista à adoção das medidas adequadas contra a pessoa reclamada, relativamente ao crime pelo qual a extradição havia sido requerida.

3. A nacionalidade da pessoa reclamada é determinada com referência à data da prática do crime que deu lugar ao pedido de extradição.

Artigo 8.º
Pedido de extradição e documentos necessários

1. Os pedidos de extradição e documentos que os instruem são transmitidos por via diplomática. As comunicações subsequentes podem ser transmitidas pelos canais diplomáticos ou através das Autoridades Centrais ou das Autoridades Competentes designadas, indicadas na notificação ao Secretário-Geral da ASEAN, nos termos do artigo 4.º, do presente Tratado.

2. O pedido será acompanhado:

   a) pela descrição tão exata quanto possível da pessoa reclamada, bem como quaisquer outras informações que ajudem a estabelecer a sua identidade, nacionalidade e provável localização, tais como fotografia recente ou registos de impressões digitais, quando disponíveis;

   b) pela descrição de cada crime que deu lugar ao pedido de extradição e dos atos e omissões imputados à pessoa reclamada incluindo a data, a hora e o local da sua prática;

   c) pelo texto das disposições legais que tipificam o crime que deu lugar ao pedido de extradição, pela respetiva designação e pela indicação da pena aplicável, incluindo as normas relativas aos limites à instauração do procedimento criminal ou ao cumprimento de qualquer pena por esse mesmo crime;

3. Se o pedido respeitar a uma pessoa reclamada que esteja acusada, para além das informações exigidas no n.º 2, do presente artigo, será acompanhado de:

   a) mandado de captura emitido por juiz, magistrado ou autoridade competente da Parte Requerente ou cópia autenticada do mesmo;

   b) qualquer documento que contenha a acusação para efeitos de procedimento criminal contra a pessoa reclamada, designadamente despacho de acusação, documento equivalente ou respetiva cópia autenticada;

c) declarações de testemunhas, prestadas sob juramento, quando tal seja exigido pela Parte Requerida, relativas ao conhecimento que detenham sobre o crime e que satisfaçam os requisitos de prova exigidos pela Parte Requerida para efeitos de extradição.

4. Se o pedido respeitar a pessoa reclamada já condenada ou relativamente à qual tenha sido aplicada pena na Parte Requerente, o pedido, para além das informações exigidas no n.º 2, do presente artigo, será acompanhado de mandado de detenção emitido por juiz, magistrado ou autoridade competente da Parte Requerente, ou de cópia autenticada do mesmo, bem como de cópia autenticada da decisão de condenação, e:

a) caso a pessoa reclamada tenha sido condenada, mas ainda não tenha sido aplicada a respetiva pena, de declaração nesse sentido emitida pelo tribunal competente;

b) caso tenha sido aplicada pena à pessoa reclamada, de cópia autenticada da decisão que a aplicou, bem como de declaração da autoridade competente que ateste que a pena pode ser cumprida e indique o remanescente da pena por cumprir.

Artigo 9.º
Detenção provisória

1. Em casos urgentes, a pessoa reclamada pode, por decisão da Parte Requerida e em conformidade com as suas leis, ser detida provisoriamente a pedido da Parte Requerente, enquanto se aguarda a apresentação do pedido de extradição. O pedido de detenção provisória será formulado por escrito e transmitido pelos meios admitidos pela Parte Requerida, podendo incluir:

a) canais diplomáticos;

b) comunicação direta entre as Autoridades Centrais ou Autoridades Competentes, designadas nos termos do artigo 4.º, do presente Tratado; ou

c) os meios da Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL).

2. O pedido de detenção provisória incluirá:

a) a declaração de que será apresentado um pedido de extradição da pessoa reclamada;

b) a descrição da pessoa reclamada e informações relativas à sua identidade, tais como fotografia recente ou registos de impressões digitais, quando

disponíveis, à sua nacionalidade e à provável localização no território da Parte Requerida;

c) o original, cópia autenticada ou certificada do mandado de detenção e, quando aplicável, a decisão de condenação ou de aplicação da pena proferida contra a pessoa reclamada;

d) uma descrição sucinta do crime e cópia de documento que contenha a acusação para efeitos de procedimento criminal contra a pessoa reclamada, como, por exemplo, despacho de acusação ou documento equivalente;

e) uma declaração que exponha os factos do caso, incluindo a pena que tenha sido, ou possa vir a ser, aplicada pelo crime que deu lugar ao pedido de extradição e, quando aplicável, o remanescente da pena por cumprir; e

f) a(s) razão(ões) que fundamentam o carácter urgente do pedido e a necessidade da detenção provisória.

3. A Parte Requerente será notificada, com a maior brevidade, do resultado do seu pedido.

4. A detenção provisória da pessoa reclamada cessa com o decurso do prazo de 60 dias, ou de outro prazo, nos termos das exigências da Parte Requerida, contados a partir da data da detenção provisória, caso o pedido de extradição e os documentos previstos no artigo 8.º do presente Tratado não tenham sido recebidos. Se a pessoa reclamada for libertada, a Parte Requerida notificará a Parte Requerente com a maior brevidade.

5. A libertação da pessoa reclamada, nos termos do n.º 4, do presente artigo, não impede nova detenção, nem a instauração de procedimentos com vista à extradição da pessoa reclamada, caso o pedido de extradição e os documentos necessários venham a ser recebidos mais tarde.

Artigo 10.º
Informação complementar

1. Se a Parte Requerida considerar que as informações fornecidas com o pedido de extradição são insuficientes para lhe permitir tomar uma decisão nos termos do presente Tratado, solicita informação complementar. A Parte Requerida pode fixar um prazo para a apresentação dessa informação, sem prejuízo de eventual prorrogação, a conceder por decisão da Parte Requerida.

2. Se a pessoa reclamada se encontrar detida e as informações adicionais fornecidas forem insuficientes para permitir à Parte Requerida tomar uma

decisão nos termos do presente Tratado, ou se não forem recebidas dentro do prazo fixado nos termos do n.º 1, do presente artigo, a pessoa reclamada pode ser libertada. Tal libertação não impede a Parte Requerente de apresentar um novo pedido de extradição da mesma pessoa.

3. Sempre que a pessoa reclamada seja libertada nos termos do n.º 2, do presente artigo, a Parte Requerida notificará a Parte Requerente, com a maior brevidade.

Artigo 11.º
Confidencialidade

A Parte Requerida, de acordo com as suas leis, empregará os melhores esforços para assegurar a confidencialidade da apresentação do pedido de extradição, do respetivo conteúdo, dos documentos que o instruem e de quaisquer outras informações relevantes para a sua execução, sempre que tal seja solicitado pela Parte Requerente.

Artigo 12.º
Autenticação

1. Os documentos que instruem um pedido de extradição serão admitidos como prova, se estiverem devidamente autenticados da seguinte forma:

   a) certificados por um juiz, magistrado ou outra autoridade competente da Parte Requerente como documento original que contém ou regista essa prova, ou como cópia fiel de tal documento, selados com o selo oficial da autoridade competente da Parte Requerente; ou

   b) de outra forma que seja permitida pela legislação da Parte Requerida.

2. Nos processos de extradição, é admissível a tradução autenticada dos documentos que acompanham o pedido de extradição.

Artigo 13.º
Língua

1. Todos os documentos apresentados ao abrigo do presente Tratado serão redigidos em língua inglesa. A Parte Requerida pode solicitar a respetiva tradução para a sua língua oficial.

2. Cada Parte notificará o Secretário-Geral da ASEAN da sua língua oficial, aquando do depósito do seu instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação do presente Tratado.

3. Os custos da disponibilização da tradução serão suportados pela Parte Requerente.

Artigo 14.º
Execução dos Pedidos

A execução dos pedidos de extradição será realizada de acordo com as leis processuais internas da Parte Requerida.

Artigo 15.º
Pedidos concorrentes

1. Sempre que a Parte Requerida receba pedidos de dois ou mais Estados para a extradição da mesma pessoa reclamada, a Parte Requerida determinará, segundo o seu critério, para que Estado a pessoa reclamada deverá ser extraditada.

2. Para efeitos da decisão referida no n.º 1, do presente artigo, a Parte Requerida terá em consideração todas as circunstâncias do caso, incluindo, entre outras:

   a) a existência de tratado de extradição ou outro acordo relativo à entrega de pessoas reclamadas celebrado com os Estados Requerentes;

   b) a relativa gravidade ou seriedade dos crimes;

   c) o tempo e o local da prática dos crimes;

   d) as datas em que os pedidos foram apresentados ou recebidos;

   e) a cidadania ou a residência permanente, habitual ou ordinária da pessoa reclamada; e

   f) a cidadania ou nacionalidade da vítima.

Artigo 16.º
Decisão e acordos para a entrega

1. A Parte Requerida logo que seja tomada uma decisão sobre o pedido de extradição, comunicará essa decisão à Parte Requerente pelos canais

diplomáticos ou através da Autoridade Central ou da Autoridade Competente, designada em conformidade com o n.º 1 do artigo 8.º do presente Tratado.

2. Sempre que o pedido de extradição seja recusado, a Parte Requerida informará a Parte Requerente dos fundamentos da recusa, em conformidade com o presente Tratado.

3. Quando a pessoa reclamada deva ser entregue, será conduzida, sob custódia das autoridades da Parte Requerida, até ao último ponto de partida situado no território dessa Parte. A Parte Requerente e a Parte Requerida acordarão quanto ao momento e ao local da entrega da pessoa reclamada.

4. Sem prejuízo do disposto no n.º 5, do presente artigo, a Parte Requerente removerá a pessoa reclamada dentro do prazo fixado pela Parte Requerida. Caso a pessoa reclamada não seja removida dentro desse prazo, poderá ser libertada, sendo permitido à Parte Requerida, posteriormente, recusar a sua entrega se vier a ser reclamada pelo mesmo crime.

5. Se circunstâncias fora do controlo da Parte Requerida ou da Parte Requerente impedirem a entrega ou a remoção da pessoa reclamada, a Parte que delas tiver conhecimento notificará a outra Parte. Nesse caso, a Parte Requerente e a Parte Requerida acordarão um novo momento e local para a entrega, aplicando-se o disposto nos n.ºs 3 e 4 do presente artigo.

Artigo 17.º
Procedimento simplificado de extradição

Ainda que não se encontrem preenchidos os requisitos do artigo 8.º, do presente Tratado, a Parte Requerida, se tal não for vedado pelas suas leis, pode conceder a extradição da pessoa reclamada à Parte Requerente, após a receção de pedido de detenção provisória ou de extradição, conforme o caso, desde que a pessoa reclamada consinta expressamente perante autoridade competente.

Artigo 18.º
Diferimento da entrega e entrega temporária

1. A Parte Requerida, depois de concedida a extradição, pode adiar a entrega da pessoa reclamada para a processar, para que cumpra uma pena ou preste depoimento numa investigação ou procedimento criminal na Parte Requerida, por qualquer crime diferente daquele que fundamenta o pedido de extradição, até à conclusão do processo, ao cumprimento da pena aplicada ou à conclusão da investigação ou do procedimento, conforme o caso.

2. A Parte Requerida pode, em alternativa ao adiamento da entrega, proceder à entrega temporária da pessoa reclamada à Parte Requerente, em conformidade com as condições a acordar entre a Parte Requerente e a Parte Requerida.

Artigo 19.º
Regra da especialidade e reextradição

1. A pessoa reclamada que tenha sido extraditada, não poderá ser julgada, condenada, detida ou sujeita a qualquer outra restrição da liberdade pelo Estado Requerente por crime cometido antes da entrega dessa pessoa, que não seja:

   a) o crime que deu lugar à concessão de extradição;

   b) um crime indiciado pelos factos que fundamentaram a concessão da extradição, desde que se trate de crime pelo qual a pessoa reclamada pudesse ser extraditada ao abrigo do presente Tratado e que seja punível com pena não mais gravosa do que a aplicável ao crime que fundamentou a extradição; ou

   c) qualquer outro crime extraditável ao abrigo do presente Tratado relativamente ao qual o Estado Requerido possa autorizar a extradição.

2. O n.º 1, do presente artigo não se aplica, se a pessoa reclamada:

   a) podendo exercer o seu direito de abandonar o território do Estado Requerente, não o tiver feito dentro do prazo previsto nas leis do Estado Requerido ou, na sua falta, no prazo de 45 dias; ou

   b) tiver regressado voluntariamente ao território do Estado Requerente, depois de o ter abandonado.

3. Uma pessoa reclamada que tenha sido extraditada para o Estado Requerente pelo Estado Requerido, não pode ser reextraditada pelo Estado Requerente para uma terceira jurisdição, por um crime cometido antes da sua extradição para o Estado Requerente, salvo se o Estado Requerido consentir nessa reextradição.

Artigo 20.º
Entrega de bens

1. A Parte Requerida pode, em conformidade com o seu direito interno, entregar à Parte Requerente, mediante pedido escrito, quaisquer bens apreendidos à

pessoa reclamada no momento da sua detenção que sejam relevantes como prova do crime que fundamentou a extradição.

2. A Parte Requerente empregará os melhores esforços para apresentar o pedido de entrega dos bens referidos no n.º 1, do presente artigo, até à submissão do pedido de extradição.

3. A entrega dos bens referidos no n.º 1, do presente artigo ficará sujeita aos termos e condições impostos pela Parte Requerida.

4. Sem prejuízo do disposto no n.º 2, do presente artigo, a Parte Requerida pode reter temporariamente quaisquer bens referidos no n.º 1, do presente artigo, relacionados com processos pendentes na sua jurisdição.

5. A entrega dos bens referidos no n.º 1, do presente artigo não prejudica os direitos da Parte Requerida nem de quaisquer terceiros sobre esses bens.

Artigo 21.º
Trânsito

1. Uma Parte pode autorizar o trânsito pelo seu território de pessoa entregue a outra Parte, por um Estado terceiro. O pedido de autorização para o trânsito será transmitido por via diplomática ou diretamente entre as Autoridades Centrais ou Autoridades Competentes. Incluirá a descrição da pessoa em trânsito e será acompanhado de cópia do documento que concede a extradição.

2. Não é necessária autorização quando uma Parte efetue o trânsito de pessoa entregue por Estado terceiro, por via aérea, desde que não esteja prevista qualquer aterragem no território de outra Parte.

Artigo 22.º
Representação e despesas

1. A Parte Requerida assegurará, em conformidade com as suas leis, todas as diligências necessárias para prestar assistência à Parte Requerente, incluindo representação jurídica em quaisquer procedimentos decorrentes de pedidos de extradição.

2. Caso a Parte Requerente seja autorizada, de acordo com as leis da Parte Requerida, a assegurar a sua própria assistência e representação jurídica, a Parte Requerente suportará quaisquer despesas daí resultantes.

3. A Parte Requerida suportará as despesas realizadas no seu território em resultado do pedido de extradição, ou em razão da mesma. Se se tornar evidente que poderão ocorrer despesas de natureza extraordinária, a Parte Requerente e a Parte Requerida deverão consultar-se mutuamente para determinar a forma como as mesmas serão suportadas.

4. A Parte Requerente suporta os custos em que incorra com a transferência da pessoa reclamada a partir do território da Parte Requerida, incluindo os do trânsito.

Artigo 23.º
Consulta

1. Para promover a eficácia na utilização e aplicação do presente Tratado, as Partes podem realizar consultas em momentos acordados entre si.

2. As Partes podem desenvolver as medidas práticas que se revelem necessárias para facilitar a implementação do presente Tratado.

Artigo 24.º
Resolução de litígios

Qualquer divergência ou litígio entre as Partes, decorrente da interpretação ou da aplicação do presente Tratado, será resolvido amigavelmente, por via de consulta ou negociação, ou por qualquer outro meio pacífico de resolução de litígios acordado entre as partes.

Artigo 25.º
Alterações

1. O presente Tratado pode ser modificado ou alterado a qualquer momento, por consentimento escrito das Partes. Qualquer modificação ou alteração entrará em vigor na data acordada pelas Partes e constituirá parte integrante do presente Tratado.

2. As modificações ou alterações não afetam os direitos e obrigações das Partes decorrentes, ou baseadas, nas disposições do presente Tratado anteriores à entrada em vigor daquelas.

Artigo 26.º
Reservas

O presente Tratado não é sujeito a reservas.

Artigo 27.º
Depositário

1. O presente Tratado, bem como quaisquer alterações ao mesmo, será depositado junto do Secretário-Geral da ASEAN, o qual é designado como seu Depositário. O Depositário fornecerá a todas as Partes, com a maior brevidade, uma cópia certificada do Tratado e de quaisquer alterações.
2. O Depositário notificará as Partes com a maior brevidade e fornecer-lhes-á a data e cópia da notificação prevista no artigo 29.º, do presente Tratado.
3. O Depositário procederá ao registo do presente Tratado junto do Secretariado das Nações Unidas, nos termos do artigo 102.º, da Carta das Nações Unidas.

Artigo 28.º
Relação com outros instrumentos internacionais

As disposições do presente Tratado não prejudicam qualquer outro acordo ou entendimento, bilateral ou multilateral, celebrado por qualquer uma das Partes, que regule ou venha a regular, no todo ou em parte, a extradição.

Artigo 29.º
Entrada em vigor e denúncia

1. O presente Tratado fica sujeito a ratificação, aceitação ou aprovação por cada Estado signatário, de acordo com as suas leis. O instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação de cada Estado signatário, será depositado junto do Depositário.
2. O presente Tratado entrará em vigor, para os Estados signatários que tenham depositado os seus instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação, 30 dias após a data em que, pelo menos seis Estados, tenham depositado os respetivos instrumentos junto do Depositário.
3. Após o depósito do sexto instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação, o presente Tratado entra em vigor, para cada Estado signatário que deposite o seu instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação junto do Depositário, 30 dias após o mesmo depósito.
4. Qualquer Parte pode denunciar o presente Tratado mediante notificação escrita dirigida ao Depositário. A denúncia do presente Tratado produzirá

efeitos 180 dias após a data em que a notificação seja recebida pelo Depositário.

5. A denúncia do presente Tratado produz efeitos apenas em relação à Parte que a tiver notificado. O Tratado permanecerá em vigor para as demais Partes.

6. A denúncia do presente Tratado não prejudica os direitos e obrigações decorrentes de, ou fundadas no, presente Tratado, nem a conclusão de quaisquer pedidos formulados ao abrigo do mesmo antes, ou até à data, da denúncia.

EM FÉ DO QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados pelos respetivos Estados, assinaram o presente Tratado.

FEITO em Manila, Filipinas, neste décimo quarto dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, num único exemplar original, na língua inglesa.

Pelo Brunei Darussalam:

DATIN SERI PADUKA HAJAH NOR HASHIMAH
BINTI HAJI MUHAMMED TAIB
Procuradora-Geral

Pelo Reino do Camboja:

KOEUT RITH
Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Justiça

Pela República da Indonésia:

SUPRATMAN ANDI AGTAS
Ministro da Justiça

Pela República Democrática Popular do Laos:

XAYSANA KHOTPHOUTHONE
Procurador-Geral

Pela Malásia:

DATUK SERI DR. SHAMSUL ANUAR BIN HAJI NASARAH
Vice-Ministro dos Assuntos Internos

Pela República da União de Myanmar:

DR. THIDA OO
Ministra da União e Procuradora-Geral

Pela República das Filipinas:

FREDERICK A. VIDA
Secretário da Justiça em exercício

Pela República de Singapura:

EDWIN TONG SC
Ministro do Direito e Segundo Ministro dos Assuntos Internos

Pelo Reino da Tailândia:

POL. TEN.-GEN. RUTTHAPHON NAOWARAT
Ministro da Justiça

Pela República Democrática de Timor-Leste:

SÉRGIO DE JESUS FERNANDES DA COSTA HORNAI
Ministro da Justiça

Pela República Socialista do Vietname:

GEN. LUONG TAM QUANG
Ministro da Segurança Pública

ANEXO III

Tradução para a língua tétum

DEKLARASAUN HODI HATEBES
TRATADU ASEAN NIAN KONA-BA ESTRADISAUN

Ha'u, MAKA ASINA IHA KRAIK NE'E, Sekretáriu-Jerál ASEAN nian, hatebes katak testu iha aneksu ne'e nu'udar **kópia loloos no tomak** husi **Tratadu ASEAN nian kona-ba Estradisaun**, asina tiha ona iha **14 Novembru 2025** iha **Manila, Filipina**, ida-ne'ebé ninia orijinál rai hela hamutuk iha Sekretáriu-Jerál ASEAN.

Jakarta, 26 Novembru 2025

(asinatura)

Dr. Kao Kim Hourn

Sekretáriu-Jerál ba ASEAN

Sekretariadu ASEAN

TRATADU ASEAN KONA-BA ESTRADISAUN

ÍNDISE

Artigu 1	**Obrigasaun Estradita**
Artigu 2	**Krime Estraditável**
Artigu 3	**Fundamentu ba Estradisaun**
Artigu 4	**Autoridade Klarak**
Artigu 5	**Motivu Obrigatóriu hodi Rekuza**
Artigu 6	**Fundamentu Rekuza fakultativa**
Artigu 7	**Estradisaun ba Nasionál sira**
Artigu 8	**Pedidu estradisaun no dokumentu be presiza**
Artigu 9	**Detensaun Provizóriu**
Artigu 10	**Informasaun komplementár**
Artigu 11	**Konfidensialidade**
Artigu 12	**Autentikasaun**

Artigu 13 **Dalen**
Artigu 14 **Ezekusaun ba Pedidu**
Artigu 15 **Pedidu Konkorrente**
Artigu 16 **Lia-kotu no akordu hodi entrega**
Artigu 17 **Prosedimentu simples ba estradisaun**
Artigu 18 **Adia entrega no entrega temporáriu**
Artigu 19 **Regra espesiál no estradisaun**
Artigu 20 **Entrega Rikusoin**
Artigu 21 **Tránzitu**
Artigu 22 **Reprezentasaun no Despeza**
Artigu 23 **Konsulta**
Artigu 24 **Solusaun ba Lítijiu sira**
Artigu 25 **Alterasaun**
Artigu 26 **Rezerva**
Artigu 27 **Depozitáriu**
Artigu 28 **Relasaun ho instrumentu internasionál sira seluk**
Artigu 29 **Tama ba Vigór no Denúnsia**

Estadu-Membru Asosiasaun Nasaun sira iha Sudeste Aziátiku (ba oin sei bolu "ASEAN") – Brunei Darusalam, Reinu Kamboja, República Indonézia, República Demokrátika Populár Laos, Malázia, República Uniaun Myanmar, República Filipina, República Singapura, Reinu Tailandia, República Demokrátika Timor-Leste no República Sosialista Vietnam, ba oin hanaran ida-idak "Parte" no hamutuk "Parte Sira"; ho

HO HAKARAN TOMAK reforsa reziliénsia no kbiit ASEAN nian atu luta hasoru krime, liuliu krime transnasionál, liuhusi hametin koperasaun jurídika efikás iha domíniu estradisaun iha ámbitu ASEAN, atu ikusmai garante respeitu ba Estadu Direitu,

KONKORDA HOTU ONA HO BUAT SIRA TUIRMAI:

Artigu 1
Obrigasaun Estradita

1. Parte Sira konkorda atu estradita husi ida ba ida seluk, tuir dispozisaun sira iha Tratadu ida-ne'e, kualkér ema ida ne'ebé hela iha território husi Parte Rekeridu no Parte Rekerente ruma buka hela hodi hatán ba prosesu penál ka tan krime ida bele estradita, tuir artigu 2 iha Tratadu ida-ne'e.

2. Dispozisaun sira iha Tratadu ida-ne'e sei aplika ba pedidu estradisaun, inklui pedidu detensaun preventiva, halo hotu tiha hafoin tama ba vigór, la'o mesamesak husi loron prátika krime nian ka aktu ka omisaun ne'ebé konstitui krime be hakerek iha pedidu.

Artigu 2
Krime estraditável

1. Atu Tratadu ida-ne'e iha efeitu, krime sira estraditável maka sira-ne'ebé bele hetan kastigu, tuir termu lejislasaun husi Parte Rekerente nian, ho pena prizaun ka dalan seluk privasaun liberdade ba períodu kleur liu, pelumenus, tinan ida, ka, bainhira Parte Rekerida ezije, husi tinan rua, ka ho kastigu todan liu. Bainhira pedidu estradisaun refere ba ema ida hodi kumpre pena prizaun ka privasaun liberdade impoen ba krime ne'ebá, estradisaun sei bele fó de'it bainhira falta kumpre períodu, pelumenus, fulan neen ba pena ida-ne'e.

2. Krime ida estraditável maka krime ida ne'ebé hasoru lei sira Parte Rekerente nian no aktu ka omisaun ne'ebé konstitui krime ka aktu ka omisaun ekivale, iha sirkunstánsia hanesan, bainhira hamosu iha Parte Rekerida nia jurisdisaun laran, konstitui krime kontra lei sira Parte Rekerida nian.

3. Atu n.º 1 artigu ida-ne'e iha efeitu, krime ida estraditável maka krime ida ne'ebé hetan kastigu tuir lei sira Parte Rekerente no Parte Rekerida nian, bainhira aktu ka omisaun konstitui krime ida ne'ebé bele estradita tuir lei sira Parte Rekerente no Parte Rekerida nian.

4. Se pedidu estradisaun inklui krime oioin ketakteak karik, ida-idak hetan kastigu tuir lei sira Parte Rekerente no Parte Rekerida nian, maibé sira balun seluk la prienxe kondisaun sira-ne'ebé hatuur iha parágrafu 1 Artigu ida-ne'e nian, Parte Rekerida sei bele fó estradisaun ba krime sira ikusliu ne'e, bainhira de'it ema reklamada bele estradita ba, pelumenus, krime ida estraditável.

Artigu 3
Fundamentu ba Estradisaun

Ema reklamada ida sei hetan estradisaun, tuir termu sira Tratadu ida-ne'e nian, se iha prova sira ne'ebé fundamenta ba pedidu estradisaun no kumpre rekizitu probatóriu sira husi Parte Rekerida hodi halo estradisaun.

Artigu 4
Autoridade Klarak

1. Atu Tratadu ida-ne'e bele ezekuta ho di'ak, Parte ida-idak sei hili ninia Autoridade Klarak ka Autoridade Kompetente ne'ebé iha podér atu prosesa pedidu estradisaun sira.

2. Parte ida-idak sei notifika Sekretáriu-Jerál ASEAN kona-ba ninia Autoridade Klarak ka Autoridade Kompetente bainhira entrega ninia instrumentu ka ratifikasaun, aseitasaun ka aprovasaun ba Tratadu ida-ne'e.

3. Parte ida-idak sei notifika alterasaun saida de'it ka atualizasaun husi ninia Autoridade Klarak ka Autoridade Kompetente ba Sekretáriu-Jerál ASEAN, ida-ne'ebé sei notifika kedas Parte hotu-hotu kona-ba alterasaun ka atualizasaun sira-ne'e.

Artigu 5
Motivu Obrigatóriu ba Rekuza

1. Estradisaun sei la fó tuir Tratadu ida-ne'e nia mahon iha sirkunstánsia saida de'it tuirmai ne'e:

   a) Bainhira Parte Rekerida hatuur katak krime ida-ne'ebé hodi husu estradisaun ne'e nu'udar krime natureza polítika;

   b) Bainhira ema reklamada hetan kondenasaun ba sentensa tranzituenjulgadu no kumpre pena, ka hetan perdaun ka absolve, tuir termu lejislasaun husi kualkér Estadu, ba krime ne'e ka krime seluk ne'ebé konstitui pedidu atu husu estradisaun ba ema ne'e.

   c) Bainhira ema reklamada sujeita hela atu hetan julgamentu iha tribunál liuliu hatuur tiha hodi julga kazu ema ne'e nian ka hetan autorizasaun iha de'it momentu balun, ka iha sirkunstánsia esesionál, atu julga kazu sira-ne'e ka sei husu estradisaun atu kumpre pena ne'ebé tribunál ne'e impoen;

   d) Bainhira krime ida-ne'ebé atu husu estradisaun ne'e nu'udar krime militár tuir lei sira Parte Rekerida nian, no la'ós krime ne'ebé tuir direitu penál komún husi Parte Rekerida nian;

   e) Bainhira Parte Rekerida iha karik motivu substansiál atu fiar katak pedidu estradisaun ba ema reklamada aprezenta tiha tanba atu prosesa ka kastigu

ema ne'e tan nia rasa, relijiaun, nasionalidade, orijen étniku, seksu, kondisaun ka opiniaun polítika;

f) Bainhira Parte Rekerida iha karik motivu substansiál atu fiar katak ema reklamada, se fó fila karik, sei bele prejudika nia iha julgamentu ka kastigu, detidu ka nia la moris livre tan nia rasa, relijiaun, nasionalidade, orijen étnika, seksu, kondisaun sosiál ka oipiniaun polítika;

g) Se estradisaun ba ema reklamada ne'e atu hatán ba sentensa ida, no ema ne'e hetan kondenasaun karik ba revelia iha Parte Rekerente, pelumenus ema reklamada:

i. iha ona biban atu hatada an ka reprezentante legál ida sai saseluk ba nia iha julgamentu; ka

ii. iha biban atu husu filafali julgamentu foun ida iha ninia oin.

h) Se ema reklamada, tuir termu lejislasaun Parte Rekerente nian, hetan karik imunidade ba prosesu ka punisaun tan kualkér motivu, inklui preskrisaun ka amnistia; ka

i) Se, iha Parte Rekerida nia opiniaun, ema reklamada la simu karik garantia mínimu hodi hetan julgamentu ida loloos iha prosesu penál iha Parte Rekerente nian.

2. Atu alínea a) n.º 1 artigu ida-ne'e hetan efeitu, sei la konsidera krime ho natureza polítika mak tuirmai ne'e:

a) krime ida hasoru ema nia moris ka ema ida husi kualkér Xefe Estadu ka Xefe Governu, ka membru ida husi sira-ne'e ka ninia família rasik;

b) infrasaun ida ne'ebé Parte Rekerente no Parte Rekerida iha obrigasaun, tuir termu sira iha tratadu multilaterál, ida-ne'ebé nia objetivu atu prevene ka bandu kategoria espesífika ba infrasaun ida, hodi estradita ema reklamada ka submete kazu lalais liu lahó justifikasaun ba ninia autoridade kompetente sira ba prosesu ida-ne'e;

c) krime grave sira ne'ebé envolve hahalok violentu hasoru ema ida nia moris;

d) krime sira relasiona ho hahalok terrorizmu; ka

e) kualkér tentativa, instigasaun, asisténsia, akonsellamentu, fasilitasaun ka konspirasaun atu komete kualkér krime sira ne'ebé temi iha alínea a) to'o d).

3. Bainhira mosu dúvida karik kona-ba se infrasaun ne'e nu'udar polítika karik, desizaun husi Parte Rekerente maka sei determina.

Artigu 6
Fundamentu Rekuza fakultativa

1. Sei bele la simu estradisaun tuir Tratadu ida-ne'e nia mahon iha sirkunstánsia sira tuirmai:

   a) bainhira estradisaun afeta tebetebes interese Parte Rekerida nian iha matéria seguransa nasionál ka relasaun ho raiseluk;

   b) bainhira Parte Rekerida deside karik hodi la instaura ka taka prosesu hasoru ema reklamada ba aktu ka omisaun ne'ebé konstitui krime ida ne'ebé atu husu estradisaun bá, la'ós krime ida hasoru lei sira be iha relasaun ho hahalok terrorista nian ka hamosu ona iha Parte Rekerente nia territóriu ;

   c) bainhira krime ida-ne'ebé hodi hamosu pedidu estradisaun maka krime ida la kontra lei sira relasiona ho hahalok terrorista nian, ne'ebé komete tomak ka uitoan iha Parte Rekerida nia territóriu, bainhira de'it danu (prejuízu ka lezaun) mosu husi prátika krime ka la hanoin atu hamosu iha Parte Rekerente nia territóriu;

   d) bainhira ema reklamada hetan ona kondenasaun ka hein atu julga ka kondenadu iha Parte Rekerente nia Tribunál ka órgaun seluk, liuliu atu kumpri lei sira relijiaun nian ka konsuetudináriu;

   e) bainhira aktu ka omisaun ne'ebé konstitui krime ida-ne'ebé hodi husu estradisaun tan la komete iha Parte Rekerente nia territóriu, maibé iha Parte Rekerente nia jurisdisaun, no lei sira Parte Rekerida nian la prevee katak Parte Rekerida ezerse hela jurisdisaun penál nian kona-ba hahalok ne'ebá ka omisaun se la komete karik iha Parte Rekerida nia rain;

   f) bainhira ema reklamada envolve ka sujeita karik ba investigasaun ida ne'ebé la'o hela ka prosesu pendente ida iha Parte Rekerida nian relasiona ho kualkér infrasaun ne'ebé alega katak nia komete tiha ona iha Parte Rekerente nia jurisdisaun;

   g) bainhira ema reklamada hetan detensaun ka kumpre hela pena tuir termu sira lejislasaun Parte Rekerida nian;

   h) bainhira atu entrega ema reklamada ne'ebé viola obrigasaun sira husi akordu ka konvensaun internasionál sira ne'ebé Parte Rekerida hola parte bá;

   i) bainhira iha períodu tempu substansiál tan de'it krime ne'ebé komete tiha ona, no krime ida-ne'ebé refere ne'e la'ós grave liu; ka

j) bainhira, haree ba sirkunstánsia sira-ne'ebé krime ne'e mosu tiha ona, estradisaun ba ema reklamada la kompatível ho konsiderasaun umanitáriu tanba haree ba idade no saúde.

2. Parte Rekerida bele la simu estradisaun ema reklamada ba Parte Rekerente, bainhira krime ida-ne'ebé hodi husu estradisaun bele hetan punisaun ho pena ne'ebé la prevee iha lei sira Parte Rekerida nian, anaunserke kumpre kondisaun sira ne'ebé Parte Rekerente ho Parte Rekerida hatuur ona.

Artigu 7
Estradisaun ba Nasionál sira

1. Parte ida-idak sei iha direitu atu la simu estradisaun ba ninia nasionál sira.

2. Se ema reklamada nu'udar nasionál Parte rekerida nian no estradisaun hetan rekuza karik tanba motivu ne'e, Parte Rekerida tenke, bele halo ida-ne'e ka ninia lei sira bandu no Parte Rekerente bele husu ida-ne'e, submete kazu ne'e ba ninia autoridade kompetente sira atu bele foti medida adekuada hasoru ema ne'e relasiona ho krime ida-ne'ebé hodi husu estradisaun ne'e.

3. Ema reklamada nia nasionalidade sei determina iha loron ne'ebé pratika krime ida-ne'ebé hodi husu estradisaun.

Artigu 8
Pedidu estradisaun no dokumentu be presiza

3. Pedidu sira ba estradisaun no dokumentu sira-ne'e tau hamutuk no haruka tuir dalan diplomátiku. Komunikasaun sira tuirmai bele hala'o tuir dalan diplomátiku ka liuhusi Autoridade Klarak ka Autoridade Kompetente ne'ebé dezigna, temi ona iha notifikasaun ba Sekertáriu-Jerál ASEAN nian, tuir artigu 4, Tratadu ida-ne'e nian.

4. Pedidu ne'e sei akompaña mós:

   a) ho deskrisaun loloos kedas ba ema reklamada, no mós informasaun sira seluk ne'ebé tulun atu hatuur ninia identidade, nasionalidade no lokalizasaun ruma, hanesan fotografia foun ka rejistu impresaun dijitál sira, bainhira disponível karik;

   b) ho deskrisaun ba krime ida-idak ne'ebé fó fatin hodi husu estradisaun ne'e no aktu ka omisaun sira ne'ebé imputa ba ema reklamada inklui loron, oras no fatin hamosu krime;

   c) ho testu dispozisaun legál ne'ebé klasifika krime be fó dalan hodi husu estradisaun, dezignasaun ne'e rasik no indikasaun ba pena ne'ebé bele

aplika, inklui norma sira kona-ba limite instaurasaun prosedimentu kriminál ka kumprimentu ba kualkér pena ba krime ida-ne'e;

4. Bainhira pedidu ne'e refere ba ema reklamada ne'ebé iha akuzasaun, la'ós de'it informasaun sira be ejize iha nº 2 artigu ida-ne'e, maibé sei akompaña mós:

   a) mandadu detensaun nian husi juis, majistradu ka autoridade kompetente Parte Rekerente ka kópia autentikadu dokumentu ida-ne'e nian;

   b) kualkér dokumentu ne'ebé iha akuzasaun ba prosesu kriminál hasoru ema reklamada, liuliu despaxu akuzasaun, dokumentu ekivalente ka kópia autentikada dokumentu ida-ne'e nian;

   c) testemuña sira-nia deklarasaun, hato'o ho juramentu, bainhira Parte Rekerida husu tebetebes ida-ne'e, relasiona ho koñesimentu kona-ba krime no kompleta rekizitu prova sira ne'ebé Parte Rekerida ezije hodi husu estradisaun.

5. Bainhira pedidu ne'e kona-ba ema reklamada ne'ebé hetan tiha kondenasaun ka relasiona ho pena ne'ebé aplika tiha iha Parte Rekerente nian, pedidu ne'e, la'ós de'it informasaun sira-ne'ebé n.º 2 artigu ida-ne'e ezije, maibé sei akompaña mós ho mandadu detensaun be juis ida emite, majistradu ka autoridade kompetente husi Parte Rekerente nian, ka dokumentu ida-ne'e nia kópia autentikada no mós kópia autentikada ba desizaun kondenasaun nian, no:

   a) se ema reklamada hetan kondensaun karik, maibé seidauk aplika pena ne'e, tribunál kompetente maka fó sai deklarasaun ida-ne'e;

   b) se aplika ona karik pena ba ema reklamada, kópia autentikada desizaun nian no mós deklarasaun husi autoridade kompetente ne'ebé hatebes katak pena ne'e bele kumpre no temi pena hira maka sei kumpre.

Artigu 9
Detensaun Provizóriu

2. Iha kazu urjente karik, ema reklamada bele, tan desizaun Parte Rekerida nian no tuir ninia lei sira, hetan detensaun provizória tan pedidu Parte Rekerente nian, hodi hein aprezentasaun ba pedidu estradisaun. Pedidu detensaun provizóriu sei hakerek de'it no transmite liuhusi dalan ne'ebé Parte Rekerida admite, bele inklui:

   a) kanál diplomátiku sira;

   b) komunikasaun besik kedas ho Autoridade Klarak ka Autoridade Kompetente sira, ne'ebé hili tiha ona tuir artigu 4 Tratadu ida-ne'e nian; ka

   c) Organizasaun Internasionál Polísia Kriminál nian (INTERPOL).

3. Pedidu detensaun provizória sei inklui:

   a) deklarasaun ida ne'ebé sei aprezenta pedidu estradisaun ida ba ema reklamada;

   b) deskrisaun ema reklamada nian no informasaun sira kona-ba ninia identidade, hanesan fotografia ikusliu ka rejistu impresaun dijitál nian, bainhira disponível karik, ninia nasionalidade no lokalizasaun iha território Parte Rekerida nian;

   c) orijinál, kópia autentikada ka sertifikada mandadu detensaun nian no, bainhira aplikável karik, desizaun kondenasaun ka aplikasaun pena hasoru ema reklamada;

   d) deskrisaun badak ba krime no kópia dokumentu ne'ebé temi mós akuzasaun iha laran hodi hetan prosesu kriminál hasoru ema reklamada no, nu'udar ezemplu, despaxu akuzasaun ka dokumentu ekivalente;

   e) deklarasaun ida ne'ebé fó sai faktu sira kazu nian, inklui pena ne'ebé aplika tiha ona ba krime be fó fatin ba estradisaun ne'e no, bainhira aplikável karik, pena restu hira mak sei kumpre; no

   f) razaun sira ne'ebé fundamenta karakter urjente ba pedidu nesesidade detensaun provizória.

6. Parte Rekerente sei hetan notifikasaun, iha tempu badak, ba rezutadu husi ninia pedidu ne'e.

7. Detensaun provizória ba ema reklamada hotu iha loron 60 nia laran, ka iha prazu seluk, tuir termu no ezijensia husi Parte Rekerida nian, sura husi loron detensaun provizória, bainhira la simu karik pedidu estradisaun no dokumentu sira ne'ebé prevee iha artigu 8 Tratadu ida-ne'e nian. Se ema reklamada hetan libertasaun karik, Parte Rekerida sei notifika kedas Parte Rekerente.

8. Libertasaun ba ema reklamada, tuir termu n.º 4 artigu ida-ne'e nian, la impede atu hetan detensaun foun, nein instaurasaun prosedimentu sira hodi husu estradisaun ba ema reklamada, bainhira simu tarde karik pedidu estradisaun no dokumentu sira ne'ebé presiza.

Artigu 10
Informasaun komplementár

1. Bainhira Parte Rekerida konsidera katak informasaun ne'ebé simu kona-ba estradisaun ne'e la natoon atu foti desizaun ida ba nia tuir termu sira Tratadu ida-ne'e nian, husu informasaun komplementár. Parte Rekerida bele hatuur prazu ida hodi hato'o informasaun ne'e, lahó prejuizu ruma ba prorrogasaun, sei fó tan desizaun husi Parte Rekerida nian.

2. Bainhira ema rekerida hetan detensaun no informasaun adisionál sira ne'ebé simu la natoon atu fó dalan ba Parte Rekerente hodi foti desizaun ida tuir termu sira iha Tratadu ida-ne'e, ka la simu tuir prazu ne'ebé hatuur tiha iha n.º 1 artigu ida-ne'e nian, ema reklamada bele hetan libertasaun. Libertasaun ida-ne'e la bandu atu Parte Rekerente hato'o pedidu estradisaun foun ba ema hanesan.

3. Bainhira de'it ema reklamada hetan libertasaun tuir termu n.º 2 artigu ida-ne'e nian, Parte Rekerida sei notifika kedas Parte Rekerente.

Artigu 11
Konfidensialidade

Parte Rekerida, haktuir ninia lei sira, sei haka'as an liu atu rai-metin segredu kona-ba aprezenta pedidu estradisaun nian, no ninia konteúdu tomak, dokumentu sira be tau hamutuk no informasaun relevante sira seluk kona-ba ninia ezekusaun bainhira de'it Parte Rekerente husu.

Artigu 12
Autentikasaun

3. Dokumentu sira ne'ebé tau hamutuk iha pedidu estradisaun nian sei simu nu'udar prova, bainhira dokumentu sira-ne'e hetan autentikasaun hanesan tuirmai:

   a) sertifikadu sira husi juis, majistradu ka autoridade kompetente seluk husi Parte Rekerente nu'udar dokumentu orijinál ne'ebé rejista prova ne'e, ka nu'udar kópia loloos ba dokumentu ida-ne'e, tau selus ofisiál autoridade kompetente husi Parte Rekerente; ka

   b) Parte Rekerida nia lejislasaun fó dalan ba ida-ne'e.

4. Iha prosesu estradisaun, simu mós tradusaun autentikada ba dokumentu sira ne'ebé akompaña pedidu estradisaun.

Artigu 13
Dalen

4. Dokumentu hotu-hotu ne'ebé aprezenta tuir Tratadu ida-ne'e sei hakerek ho lia-inglés. Parte Rekerida bele husu tradusaun ne'e rasik ba ninia lian ofisiál.

5. Parte ida-idak sei notifika Sekretáriu-Jerál ASEAN ho ninia lian ofisiál, bainhira entrega ninia instrumentu ratifikasaun, aseitasaun ka aprovasaun husi Tratadu ida-ne'e.

6. Parte Rekerente maka sei selu kustu ba tradusaun.

Artigu 14
Ezekusaun ba Pedidu

Ezekusaun pedidu estradisaun sei hala'o tuir lei prosesuál interna husi Parte Rekerida nian.

Artigu 15
Pedidu konkorrente

3. Bainhira de'it Parte Rekerida simu pedidu husi Estadu ida ka rua atu halo estradisaun ba ema reklamada hanesan de'it, Parte Rekerida sei determina, tuir ninia kritériu, ema reklamada atu estradita ba Estadu ida-ne'ebé.

4. Atu iha efeitu ba desizaun ne'ebé temi iha n.º 1 artigu ida-ne'e nian, Parte Rekerida sei konsidera sirkunstánsia hotu-hotu ba kazu ida-ne'e inklui sira seluk:

   a) ezisténsia tratadu estradisaun ka akordu seluk ho Estadu Rekerente sira kona-ba entrega ema reklamada sira;

   b) kona-ba krime grave ka krime sériu sira;

   c) tempu no fatin halo krime;

   d) loron ne'ebé hato'o ka simu pedidu;

   e) ema reklamada nia sidadania ka rezidénsia permanente, baibain ka ordináriu; no

   f) vítima nia sidadania ka nasionalidade.

Artigu 16
Lia-kotu no akordu hodi entrega

6. Parte Rekerida, bainhira de'it foti ona lia-kotu kona-ba estradisaun, sei komunika lia-kotu ne'e ba Parte Rekerente liuhusi dalan diplomátiku ka Autoridade Klarak ka Autoridade Kompetente, ne'ebé hili ona tuir n.º 1 artigu 8 Tratadu ida-ne'e nian.

7. Bainhira de'it la simu pedidu estradisaun, Parte Rekerida sei hato'o ba Parte Rekerente kona-ba fundamentu hodi la simu estradisaun ne'e, tuir Tratadu ida-ne'e nian.

8. Bainhira ema reklamada tenke entrega, sei lori bá, autoridade Parte Rekerida nian maka sei eskolta to'o pontu arranka ikusliu iha Parte ida-ne'e nia território.

9. Atu la hamosu prejuízu ba disposto n.º 5 artigu ida-ne'e, Parte Rekerente sei muda ema reklamada ba fatin seluk tuir prazu be hatuur ona husi Parte Rekerida. Bainhira ema reklamada la muda karik tuir prazu ne'ebé hatuur ona, sei bele husik, nune'e permite Parte Rekerida, ikusmai, atu rekuza hodi la entrega ema ne'e bainhira hetan reklamasaun ba krime hanesan de'it.

10. Bainhira sirkunstánsia mosu lahó kontrolu karik husi Parte Rekerida ka Parte Rekerente hodi impede entrega ka muda ema reklamada, Parte ne'ebé hatene sei notifika Parte seluk. Iha kazu ne'e, Parte Rekerente no Parte Rekerida sei halo akordu momentu foun ida no fatin atu entrega, hodi aplika tuir dispostu sira n.º 3 no 4 husi artigu ida-ne'e.

Artigo 17
Prosedimentu simples ba estradisaun

Maski la prienxe rekizitu sira artigu 8 Tratadu ida-ne'e nian, Parte Rekerida, se ninia lei sira la bandu, bele halo estradisaun ema reklamada ba Parte Rekerente, hafoin simu pedidu detensaun provizória ka estradisaun, konforme kazu ne'e, bainhira de'it ema reklamada bele hatada an iha autoridade kompetente nia oin.

Artigu 18
Adia entrega no entrega temporáriu

3. Parte Rekerida, hafoin fó tiha estradisaun, bele adia entrega ema reklamada hodi prosesa nia, atu kumpre pena ka fó depoimentu iha investigasaun ruma ka prosesu krime iha Parte Rekerida nian, tan kualkér krime seluk ne'ebé fundamenta pedidu estradisaun ne'e, to'o prosesu ne'e remata, hodi kumpre pena ne'ebé aplika tiha bá ka investigasaun remata ka prosedimentu konforme kazu ne'e.

4. Parte Rekerida bele, nu'udar alternativa ba adiamentu entrega nian, hahú entrega temporáriu ema rekerida ba Parte Rekerente, tuir kondisaun akordu sira ne'ebé Parte Rekerente no Parte Rekerida hatuur ona.

Artigu 19
Regra espesiál no estradisaun

2. Ema reklamada ne'ebé hetan ona estradisaun, sei la bele hetan julgamentu, kondensaun, detensaun ka sujeita ba restrisaun ruma ba ninia liberdade iha

Estadu Rekerente tan krime ne'ebé nia komete tiha ona molok entrega ema ne'e, ne'ebé la'ós:

a) krime ne'ebé fó fatin hodi halo estradisaun;

b) krime ida iha indísiu ba faktu sira ne'ebé fundamenta hodi fó estradisaun, bainhira de'it trata kona-ba krime ida-ne'ebé ema reklamada bele hetan estradisaun tuir Tratadu ida-ne'e no hetan punisaun ho pena la grave liu ida-ne'ebé bele aplika ba kirme ne'ebé fundamenta tiha iha estradisaun nia laran; ka

c) kualkér krime seluk ne'ebé bele estradita tuir Tratadu ida-ne'e relasiona ho ida-ne'ebé Estadu bele autoriza halo estradisaun.

2. N.º 1 artigu ida-ne'e la aplika, bainhira ema reklamada:

a) bele uza ninia direitu hodi husik hela Estadu Rekerente nia territóriu, sei la bele halo ida-ne'e iha prazu previstu nia laran tuir lei sira Estadu Rekeridu nian ka falta loron 45 nia laran; ka

b) fila ho voluntáriu ba Estadu Rekerente nia territóriu, hafoin husik hela.

3. Ema rekerida ida ne'ebé hetan ona estradisaun ba Estadu Rekerente husi Estadu Rekeridu, la bele estradita filafali husi Estadu Rekerente ba jurisdisaun datoluk, tan krime ne'ebé nia komete tiha molok ninia estradisaun ba Estadu Rekerente, anaunserke Estadu Rekeridu konsente reestradisaun ida-ne'e.

Artigu 20
Entrega Rikusoin

6. Parte Rekerida bele, haktuir ninia direitu internu, entrega ba Parte Rekerente, liuhusi pedidu eskritu, rikusoin saida de'it ne'ebé prende husi ema reklamada bainhira nia hetan detensaun no relevante nu'udar prova krime hodi fundamenta estradisaun ne'e.

7. Parte Rekerente sei haka'as an hodi hato'o pedidu entrega rikusoin ne'ebé temi iha n.º 1 artigu ida-ne'e nian, to'o loron ne'ebé hatama pedidu estradisaun.

8. Entrega rikusoin ne'ebé temi iha n.º 1 artigu ida-ne'e nian sei sujeita tuir termu no kondisaun sira ne'ebé Parte Rekerida hatuur.

9. Atu la estraga n.º 2 artigu ida-ne'e, Parte rekerida bele asegura provizóriu kualkér rikusoin ne'ebé temi iha n.º 1 artigu ida-ne'e nian relasiona ho prosesu pendente sira iha ninia jurisdisaun.

10. Entrega rikusoin sira ne'ebé temi iha n.º 1 artigu ida-ne'e la prejudika direitu sira Parte Rekerida nian nein kulakér ema seluk kona-ba rikusoin ne'e.

Artigu 21
Tránzitu

2. Parte ida bele autoriza tránzitu ba ema reklamada iha ninia rain hodi entrega ba Parte seluk, husi Estadu parte terseiru. Pedidu autorizasaun ba tránzitu sei transmite tuir dalan diplomátiku ka diretamente entre Autoridade Klarak ka Autoridade Kompetente sira. Sei inklui deskrisaun ema reklamada iha tránzitu ne'e no sei akompaña kópia dokumentu ne'ebé fó estradisaun.

3. La presiza autorizasaun bainhira Parte ida halo tránzitu ho ema rekerida hodi entrega ba Estadu terseiru, tuir dalan aérea, bainhira la prevee kualkér aterrajen iha Parte seluk nia rain.

Artigu 22
Reprezentasaun no despeza

5. Parte Rekerida sei asegura, tuir ninia lei sira, dilijénsia hotu-hotu ne'ebé presiza atu fó asisténsia ba Parte Rekerente, inklui reprezentasaun jurídika iha prosedimentu sá de'it la'o husi pedidu estradisaun ne'e.

6. Se Parte Rekrente iha karik autorizasaun, tuir lei Parte Rekerida nian, asegura ninia asisténsia rasik no reprezentasaun jurídika, Parte Rekerente sei suporta despeza sasá de'it ne'ebé mai husi ne'ebá.

7. Parte Rekerida sei suporta despeza sira ne'ebé hala'o iha ninia rain husi pedidu estradisaun ne'e, ka iha razaun hanesan. Se loloos karik katak bele hala'o despeza estraordináriu, Parte Rekerente no Parte Rekerida tenke konsulta hamutuk atu hatuur oinsá suporta despeza sira-ne'e.

8. Parte Rekerente sei selu kustu sira kona-ba transferénsia ema reklamada iha Parte Rekerida nia rain, inklui kustu tránzitu nian.

Artigu 23
Konsulta

3. Atu utilizasaun no aplikasaun Tratadu ida-ne'e la'o ho di'ak, Parte sira bele halo konsulta bainhira hala'o akordu entre sira.

4. Parte sira bele dezenvolve medida prátiku sira ne'ebé presiza atu tulun implementasaun Tratadu ida-ne'e.

Artigu 24

Rezolusaun ba litíjiu

Diverjénsia saida de'it ka lítijiu entre Parte sira, mosu husi interpretasaun ka aplikasaun Tratadu ida-ne'e, sei rezolve nu'udar belun, liuhusi konsulta ka negosiasaun, ka dalan seluk ho hakmatek atu rezolve litíjiu ho akordu husi parte rua.

Artigu 25
Alterasaun

3. Tratadu ida-ne'e bele modifika ka hetan alterasaun iha kualkér momentu ho konsentimentu eskritu husi Parte sira. Modifikasaun ka alterasaun saida de'it sei tama ba vigór iha loron ne'ebé Parte sira konkorda no konstitui isin-loloon tomak ba Tratadu ida-ne'e.

4. Modifika ka alterasaun sira la afeta ba direitu no obrigasaun husi Parte sira, ka bazeia ba dispozisaun sira Tratadu ida-ne'e molok modifikasaun ho alterasaun ne'e tama ba vigór.

Artigu 26
Rezerva

Tratadu ida-ne'e la sujeita ba rezerva sira.

Artigu 27
Depozitáriu

4. Tratadu ida-ne'e, nune'e mós alterasaun saida de'it kona-ba Tratadu ne'e, sei rai hela hamutuk iha Sekretáriu-Jerál ASEAN nian, ida-ne'ebé sei bolu nu'udar ninia Depozitáriu. Depozitáriu ne'e sei fornese ba Parte hotu-hotu, iha tempu besik liu, kópia sertifikadu Tratadu ida ho alterasaun sasá de'it.

5. Depozitáriu sei notifika Parte hotu-hotu ho lalais liu no fó ba sira loron no kópia notifikasaun ne'ebé prevee ona iha artigu 29 Tratadu ida-ne'e.

6. Depozitáriu sei halo rejistu ba Tratadu ida-ne'e iha Sekretariadu Nasoins Unidas, tuir artigu 102, Karta Nasoins Unidas nian.

Artigu 28
Relasaun ho instrumentu internasionál sira seluk

Dispozisaun sira iha Tratadu ida-ne'e la prejudika kualkér akordu seluk ka entendimentu, bilaterál ka multilaterál, ne'ebé hala'o ona ho kualkér Parte ida husi Parte sira seluk, ne'ebé regula ka sei regula tomak ka sorin de'it kona-ba estradisaun.

Artigu 29
Tama ba vigór no denúnsia

7. Tratadu ida-ne'e bele hetan ratifikasaun, aseitasaun ka aprovasaun husi Estadu signatáriu ida-idak, tuir ida-idak nia lei sira. Instrumentu ratifikasaun, aseitasaun ka aprovasaun husi Estadu signatáriu ida-idak sei tau hamutuk iha Depozitáriu.

8. Tratadu ida-ne'e sei tama ba vigór, ba Estadu signatáriu sira ne'ebé tau sira-nia instrumentu ratifikasaun, aseitasaun ka aprovasaun, loron 30 hafoin, pelumenus Estadu neen tau instrumentu sira-ne'e rasik iha Depozitáriu.

9. Hafoin tau tiha instrumentu daneen ratifikasaun, aseitasaun ka aprovasaun, Tratadu ida-ne'e tama ba vigór, ba Estadu signatáriu ida-idak ne'ebé tau ninia instrumentu ratifikasaun, aseitasaun ka aprovasaun iha Depozitáriu, loron 30 hafoin depozita tiha instrumentu ne'e.

10. Parte ne'ebé de'it bele denunsia Tratadu ida-ne'e liuhusi notifikasaun eskritu no haruka ba Depozitáriu. Denunsia Tratadu ida-ne'e sei hamosu efeitu iha loron 180 hafoin loron ne'ebé Depozitáriu simu notifikasaun ne'e.

11. Denunsia ba Tratadu ida-ne'e hamosu de'it efeitu ba Parte ne'ebé hetan notifikasaun. Tratadu ne'e sei mantein vigór ba Parte sira seluk.

12. Denunsia ba Tratadu ida-ne'e la estraga direitu no obrigasaun sira ne'ebé iha hela, ka iha fundamentu no, Tratadu ida-ne'e, nein halo konkluzaun ba kualkér pedidu sira ne'ebé halo tuir Tratadu ne'e nia mahon, molok ka to'o loron denunsia nian.

HO TESTEMUÑU BA SÁ MAK HAMOSU TIHA, sira-ne'ebé asina iha kraik, hetan duni autorizasaun husi Estadu ida-idak, sira asina Tratadu ida-ne'e.

HALO HOTU iha Manila, Filipina, iha loron dasunulu-resin-haat fulan-Novembru tinan rihun rua ruanulu-resin-lima, iha ezemplár orijinál ida de'it iha lia-inglés.

Husi Brunei Darusalam:

DATIN SERI PADUKA HAJAH NOR HASHIMAH

BINTI HAJI MUHAMMED TAIB

Prokuradór-Jerál

Husi Reinu Kamboja:

KOEUT RITH

Vise-Primeiru-Ministru no Ministru Justisa

Husi República Indonézia:

SUPRATMAN ANDI AGTAS

Ministru Justisa

Husi República Populár Laos:

XAYSANA KHOTPHOUTHONE

Prokuradór-Jerál

Husi Malázia:

DATUK SERI DR. SHAMSUL ANUAR

BIN HAJI NASARAH

Vise-Ministru Asuntu Internu

Husi República Uniaun Myanmar:

DR. THIDA OO

Ministra Uniaun no Prokuradora-Jerál

Husi República Filipina:

FREDERICK A. VIDA

Sekretáriu Justisa enezersísiu

Husi República Singapura

EDWIN TONG SC

Ministru Direitu no Ministru Asuntu Internu Daruak

Husi Reinu Tailándia:

POL. TEN.-GEN. RUTTHAPHON NAOWARAT

Ministru Justisa

Husi República Demokrátika Timor-Leste:

SÉRGIO DE JESUS FERNANDES DA COSTA HORNAI

Ministru Justisa

Husi República Sosialista Vietnam:

GEN. LUONG TAM QUANG

Ministru Seguransa Pública